

Legislativo Federal

GT da CAE atualiza relatório e atende novo pleito do setor



Izalci, em pronunciamento no plenário do Senado Federal - 5/11/2024

Nesta semana, o senador **Izalci Lucas (PL/DF)**, coordenador do grupo de trabalho (GT) que tratou da regulamentação de reforma tributária na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, apresentou [complemento](#) ao seu relatório final.

No documento, ele pede a incorporação da sugestão de acolhimento da [Emenda nº 489-U](#), de autoria do senador Sergio Moro (União/PR), para estabelecer que o fato gerador do IBS e da CBS na locação, administração, cessão onerosa ou em arrendamento de bens imóveis ocorra no momento do vencimento da obrigação de pagar, conforme estabelecido pelo contrato, desde que o pagamento tenha sido realizado. O senador acatou sugestão do Secovi-SP para ajustar o seu relatório final, no sentido de estabelecer o regime caixa na locação de imóveis.

Em pronunciamento no **plenário do Senado Federal** na terça-feira, 5/11, o coordenador do GT voltou a defender que a tramitação do [PLP 68/2024](#), que **regulamenta a reforma tributária**, também passe pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Segundo ele, a tramitação na CAE é essencial, uma vez que o projeto de lei complementar trata de temas que impactam diretamente o bolso dos contribuintes e tem grande importância econômica.

O presidente da Casa, senador **Rodrigo Pacheco (PSD/MG)**, disse, no entanto, que esse não é o entendimento dele, mas que vai submeter o pedido à votação no Plenário, após conclusão dos trabalhos da CCJ.

SUMÁRIO

GT da CAE atualiza relatório e atende novo pleito do setor - p. 1

Secovi-SP e governo discutem ajustes na reforma tributária - p. 2

Orçamento Municipal 2025: audiência pública temática debate habitação - p. 3

Balanco das Eleições Municipais de 2024 - p. 4



Pacheco em entrevista coletiva após evento sobre liberdade econômica - 5/11/2024

Secovi-SP e governo discutem ajustes na reforma tributária



Secovi-SP, governo e entidades, discutindo a regulamentação da reforma tributária - 6/11/2024

Foto: CBIC

O **Secovi-SP** e entidades do setor imobiliário reuniram-se novamente com o secretário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, **Bernard Appy** e sua equipe, nesta quarta-feira, 6/11, em Brasília, para tratar do [PLP 68/2024](#), que regulamenta a reforma tributária, em discussão no Senado Federal.

Pelo **Secovi-SP**, estiveram presentes o presidente executivo **Ely Wertheim**; os vice-presidentes Moira Toledo e Caio Portugal (presidente da Associação das Empresas de Loteamento Urbano - Aelo); o advogado tributarista Rodrigo Dias; e o diretor legislativo Pedro Krahenbuhl.

Foram abordados os pontos que ainda requerem alteração, a fim de que a reforma atenda minimamente a neutralidade tributária para os segmentos do setor imobiliário, com destaque para os temas:

- Redutor de Alíquota em 60% e 80% para locação;
- Regras de transição (incorporação, loteamento e locação);
- Regras sobre a tributação da Permuta;
- Tributação em condomínios;
- Regime Caixa para locação;
- Locação realizada por empresa e por pessoa física;
- Regime Especial de Tributação (RET) para loteamento;
- Proposta de simplificação.

O compromisso do secretário Bernard Appy é fechar o texto da posição de governo e apresentar ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a conclusão dos trabalhos realizados em conjunto com o setor imobiliário. Posteriormente, serão levados ao conhecimento dos senadores os pontos de convergência entre o governo e o setor.

Em paralelo, o **Secovi-SP** continuará a realizar agendas políticas com os senadores, em conjunto com as demais entidades, para expor as necessidades de mudanças do texto, tanto em pontos de convergência como nos de divergência com o posicionamento do governo.

Também participaram das discussões Luiz França e Cicero Araujo, presidente e vice-presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc); Luis Henrique Cidade, assessor de relações institucionais da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC); entre outros integrantes do Ministério da Fazenda.

Legislativo Municipal

Orçamento Municipal 2025: audiência pública temática debate habitação



Nery, durante audiência pública na CFO - 5/11/2024

Na terça-feira, 5/11, a **Comissão de Finanças e Orçamento (CFO)** da Câmara Municipal de São Paulo iniciou a série de audiências públicas sobre o **Orçamento Municipal para 2025**, com o tema habitação. De acordo com o [PL 729/2024](#), de autoria do Poder Executivo e que trata do projeto de lei orçamentária Anual (PLOA), está previsto um orçamento de R\$ 2,37 bilhões para a Secretaria Municipal de Habitação no próximo ano.

Durante a audiência pública, **Sidney Nery**, secretário-adjunto da Secretaria Municipal de Habitação, apresentou detalhamento do orçamento, pleiteando um aumento de R\$ 5,18 bilhões no orçamento total, para que a habitação chegue a R\$ 8,94 bilhões em 2025.

“Temos necessidade de R\$ 5,18 bilhões em relação ao que foi proposto aqui para continuarmos atendendo não só o que já foi contratado, mas a fim de manter esse ritmo de crescimento”, argumentou.

Um ponto destacado pelo secretário-adjunto em relação à destinação do orçamento da habitação é a busca pela redução do déficit de 369 mil unidades habitacionais na capital paulista. Ele exaltou o PODE ENTRAR, considerando disruptivo e o maior programa de moradia de interesse social do Brasil, sem contar com aporte do governo estadual ou federal.

Também participaram da audiência pública Vanessa Pádua de Souza, diretora de Projetos; Maria Teresa Fedeli, secretária executiva do Programa Mananciais; e Eric Rodrigues Vieira, coordenador de Regularização Fundiária da Secretaria de Habitação, que detalharam a execução orçamentária de seus programas em 2024 e a previsão de ações para 2025.

O relator do orçamento municipal, bem como o presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, os vereadores **Sidney Cruz (MDB)** e **Jair Tatto (PT)**, respectivamente, ressaltaram a realização da audiência pública com grande participação popular.

Acompanharam as discussões os vereadores André Santos (Republicanos), Dr. Adriano Santos (PT), Fabio Riva (MDB), Isac Félix (PL), Manoel Del Rio (PT), Paulo Frange (MDB), Rute Costa (PL) e Sansão Pereira (Republicanos), além do vereador eleito Silvinho Leite (União).



Tatto e Cruz, durante audiência pública na CFO - 5/11/2024

Balanço das Eleições Municipais de 2024



No domingo, 27/10, foi concluído o segundo turno das eleições municipais, um evento que teve um grande impacto no cenário político, afetando tanto os poderes Executivo quanto Legislativo em todo o território nacional. Essas eleições não apenas definiram a composição das câmaras municipais e das prefeituras, mas também influenciaram na composição do Legislativo Paulista nos níveis estadual e federal:

Assembleia Legislativa de São Paulo

Vinte deputados estaduais concorreram a prefeituras nas eleições 2024. Destes, quatro venceram o pleito disputado, dando lugar a seus suplentes a partir de janeiro de 2025.

Deputado Eleito	Deputado Suplente
 Vinícius Camarinha (PSDB) Prefeito eleito de Marília	 Damaris Moura Kuo (PSDB)
 Gerson Pessoa (Podemos) Prefeito eleito de Osasco	 Fabio Faria de Sá (Podemos)
 Edmir Chedid (União Brasil) Prefeito eleito de Bragança Paulista	 Edson Giriboni (União Brasil)
 Helinho Zanatta (PSD) Prefeito eleito de Piracicaba	 Marcelo Aguiar (Podemos)

Câmara dos Deputados

Doze deputados federais da concorreram nas eleições 2024. Destes, dois venceram o pleito municipal, dando lugar a seus suplentes:

Deputado Eleito	Deputado Suplente
 Alberto Mourão (MDB) Prefeito eleito de Praia Grande	 João Cury Neto (MDB)
 Ricardo Silva (PSD) Prefeito eleito de Ribeirão Preto	 Ribamar Antonio da Silva (PSD)

Confira [aqui o material completo](#) sobre Balanço das Eleições Municipais de 2024, com o resultado das eleições para prefeitos e vereadores na cidade de São Paulo e nos municípios onde o **Secovi-SP** possui regionais e representação. O informativo traz, ainda, dados nacionais do pleito deste ano.